**UE precisa de uma nova estratégia para conservar a biodiversidade**

*Financiamento beneficia desde 1992 os projetos com animais carismáticos e secundariza os restantes, alerta estudo com quatro autores portugueses.*

A União Europeia precisa de uma nova estratégia para conservar a sua biodiversidade, pois tem enviesado o financiamento para animais carismáticos como o urso, o lobo e o lince. A conclusão acaba de sair num [artigo](https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2020.2166) científico da prestigiada revista *“*Proceedings of the Royal Society B”, que inclui portugueses das universidades do Minho, Porto e Helsínquia (Finlândia) entre os autores.

Os cientistas avaliaram os projetos do Programa LIFE para espécies animais que foram financiados pela UE entre 1992 e 2018. Para Ronaldo Sousa, investigador no Centro de Biologia Molecular e Ambiental ([CBMA](https://humpback.ci.uc.pt/roundcube/#NOP)) e professor do Departamento de Biologia da Escola de Ciências da UMinho, o apoio a projetos com espécies vertebradas foi seis vezes maior do que com invertebradas (970 *versus* 150 milhões de euros). Aliás, aves e mamíferos representaram 72% das espécies contempladas e 75% do orçamento total atribuído. As espécies que “receberam” mais fundos foram o urso (*Ursus arctos*), o lobo (*Canis lupus*), o abetouro (*Botaurus stellaris*), o lince euro-asiático (*Lynx lynx*) e o lince ibérico (*Lynx pardinus*).

**Apenas 0.06% dos invertebrados apoiados**

Este enviesamento no esforço de conservação é ainda mais notório quando observamos que a Europa tem cerca de 1800 espécies de vertebrados e 130.300 espécies de invertebrados conhecidas, refere Manuel Lopes-Lima, do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos ([CIBIO](https://cibio.up.pt/)) da Universidade do Porto. No período considerado, o Programa LIFE cobriu 23% dos vertebrados e apenas 0,06% dos invertebrados da UE, realça Pedro Cardoso, da Universidade de Helsínquia. Segundo Ricardo Correia, da mesma academia finlandesa, o esforço de conservação é explicado principalmente pela popularidade da espécie (medido pelo volume de pesquisas online nos últimos dez anos), em vez do seu risco real de extinção.

O artigo agora publicado, “Towards a taxonomically unbiased European Union biodiversity strategy for 2030”, junta ainda autores de instituições de Itália e França. A Diretiva Habitats e o Programa LIFE foram avaliados neste estudo com o objetivo de apoiar a futura agenda do setor. A nova Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030 foi lançada em maio e propõe revolucionar a maneira como é feita a conservação da natureza, com um grande investimento (estimado em 20 biliões de euros anuais, se incluirmos mitigação dos efeitos das alterações climáticas) para a proteção da biodiversidade e dos seus habitats.

Há uma “necessidade premente” de a UE mudar de paradigma neste âmbito, que passa por rever a lista de espécies contida na Diretiva Habitats, por atentar na conservação de espécies realmente ameaçadas e dos seus habitats, pela aposta financeira mais equitativa e que permita diminuir as desigualdades entre espécies de vertebrados e invertebrados apoiadas e, ainda, pelo maior envolvimento dos cidadãos, por exemplo, em campanhas de monitorização ambiental, justificam os autores do estudo agora publicado. Só assim é que a UE liderará o mundo pelo exemplo e ação no que diz respeito à conservação da biodiversidade, acrescentam.

Gabinete de Comunicação e Imagem - Universidade do Minho

Ciência na Imprensa Regional – Ciência Viva